

**crise da água**



## Crise de abastecimento era uma tragédia anunciada

*Enquanto administradores de empresas públicas, ou de economia mista, como é o caso da Sabesp, e agentes políticos não forem pessoalmente responsabilizados por seus atos temerários, cujos resultados afetam a sociedade e o dinheiro público, o Brasil vai continuar sendo tratado como uma “república de bananas”.*

POR JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI\*

Disponibilidade hídrica para consumo humano na região metropolitana de São Paulo, posteriormente estendida à macrometrópole de São Paulo – aglomeração de Jundiaí e metrópole de Campinas/Piracicaba –, há décadas é de conhecimento das autoridades e profissionais da área.

A atual crise de abastecimento de água era previsível, ou como popularmente se diz, “uma tragédia anunciada”. As alterações climáticas também são preocupações que permeiam a vida moderna de algum tempo, tanto que, mesmo considerando a morosidade notória dos legisladores, São Paulo tem desde 2009 a Lei da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas – Lei n. 13.978 –, que estabelece ações para contribuir com sua mitigação.

Essa crise já ocorreu em passado não distante e não com a gravidade da atual. Em 2004, quando da renovação da outorga para a Sabesp continuar retirando água do Sistema Cantareira, São Paulo enfrentava grandes dificuldades com o abastecimento de água, o que levou a acaloradas discussões sobre essa renovação. Este ano deveria ser novamente discutida a renovação dessa outorga, já que a de 2004 tinha validade de dez anos.

O Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), quando da renovação da outorga, não tendo mais como escamotear a leniência do Poder Público com a má gestão dos recursos hídricos, estabeleceu uma série de obrigações para a Sabesp. Entre elas, as dos artigos 15, 16 e 17.

Essas ações consideradas em conjunto e devidamente cumpridas ter-nos-iam protegido de uma crise tão grave quanto a que estamos atravessando.



ARQUIVO SINTAEMA

A primeira – celebração de compromisso de ajustamento de conduta com os municípios integrantes da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí com o estabelecimento, para o período de 2004 a 2014, de metas para o tratamento de esgotos, de perdas de água da rede de distribuição e ações visando contribuir para a recarga dos aquíferos – é de suma importância não só como demonstração de boa gestão e cumprimento da lei (tudo isso já era previsto em normas), como imprescindível para o aumento da disponibilidade de água para captação e tratamento. Do pouco que foi feito, os resultados são pífios.

**Leia mais na página 3.**

**Editorial:  
Pelo direito  
de greve**

Pág. **2**

**Prestação de contas:  
Assembleia aprova contas do  
sindicato por unanimidade**

Pág. **4**

**Eleição do CRF da  
Fundação Florestal nos dias  
11 a 15/08, com o apoio do Sintaema  
Informações em nosso site  
Participem!**



**Rene Vicente dos Santos,  
presidente do Sintaema**

## **Pelo direito de greve**

*Na campanha salarial deste ano nossos companheiros metroviários sofreram um duro golpe por parte do governo Alckmin que foi a demissão de 42 trabalhadores após o TRT - Tribunal Regional do Trabalho decretar a greve abusiva.*

*No ano de 2011 o Sintaema editou a Cartilha do Trabalhador que trouxe como tema “Direito de Greve - Como romper o cerco?”, buscando assim fazer o debate com a categoria sobre as armadilhas que enfrentamos durante uma campanha salarial, como a função do Poder Judiciário que reside em interpretar, ou seja, dizer “a vontade da Lei” no caso de um conflito coletivo de trabalho, ou seja, intervindo diretamente no legítimo direito dos trabalhadores de cruzar os braços na luta por melhores condições de trabalho e benefícios, pois se dependêssemos apenas da Justiça do Trabalho, como pensam alguns desavisados, não precisaríamos de sindicatos para organizar a luta dos trabalhadores.*

*O ataque sofrido pelos companheiros metroviários não afeta somente a categoria, é um ataque contra todo o movimento sindical e a classe trabalhadora.*

*A multa que a “Justiça” e o Ministério Público do Trabalho querem cobrar do Sindicato dos Metroviários pelos dias parados é uma vergonha! Representa a tentativa, por parte do Estado e do governo, de quebrar a organização sindical, instrumento legítimo de organização.*

*Na última assembleia de prestação de contas do Sintaema foi aprovada através do FAL - Fundo de Amparo aos Lutadores uma ajuda na campanha dos companheiros metroviários pela readmissão dos 42 demitidos. É importante a solidariedade da classe nesse momento em defesa desses nossos companheiros.*

*Na próxima terça-feira (12/8), a partir das 18h, será realizada uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir como reverter a demissão dos metroviários. O evento acontecerá no auditório Franco Montoro.*

*Pela readmissão já! Somos todos metroviários!  
Juntos na luta!*

### **cetesb/plano de carreira**

## **É preciso melhorar!**

O Sintaema vem se reunindo com a direção da CETESB para tratar de um assunto que não se esgota: o plano de carreira.

Desde que foi implantado, em 2009, o plano precisa de ajustes que o deixem mais justo e atenda às expectativas dos trabalhadores, pois da forma como está deixa muito a desejar.

Os processos de evolução profissional, por exemplo, têm como característica contemplar um pequeno número de empregados, e os aumentos salariais são expressivos em torno de 22,65%, podendo variar de 4,0% até 34%.

Outro exemplo: em 2009 a evolução por competência contemplou 56,55% do quadro de pessoal, e em 2013, o percentual foi de 58,62%, ou seja, um aumento ínfimo!

Quando o plano de carreiras foi implantado, a própria CETESB fez um levantamento de que para implantá-lo com as devidas correções de desvios seria necessário em torno de 9% da folha, o que não aconteceu, e o percentual utilizado foi de menos de 3%.

Existe uma defasagem que ainda não foi compensada. Enfim, continuaremos discutindo e lutando para que esse índice aumente, e que esse plano de fato contemple um maior número de trabalhadores.

### **Compensação das horas da Copa**

A Cetesb, por orientação do governo, fundamentou a Decisão de Diretoria n. 167/2014/A de 9/12/2014, que estabeleceu como deveria ser a compensação durante os jogos da Copa .

Os trabalhadores da Cetesb nunca se furtaram de cumprir o que lhes é solicitado e no caso da compensação não foi diferente.

Ocorre que o RH enviou um memorando agressivo aos Gerentes cobrando essas compensações quando essas aconteciam em horários diferentes do estabelecido pela Decisão de Diretoria.

O trabalho da Cetesb, como todos sabem, não é uma linha de produção, e como tal, está sujeito a imprevistos, cabendo ao gerente acompanhar essas ações.

O Sintaema, em contato com o RH, foi informado que todos os trabalhadores cumpriram as compensações. Portanto, não entendemos a necessidade de se enviar um memorando de conteúdo tão agressivo e ameaçador citando a NA-029 – sobre as relações funcionais e o Código de Ética da Companhia.

Os trabalhadores da Cetesb não temem cobranças porque sempre agiram com ética! Lamentável!

### **fundação florestal**

## **Trabalhadores da Fundação Florestal reconstróem o CRF**

Os trabalhadores da Fundação Florestal estão reorganizando o Conselho de Representantes dos Funcionários – CRF. A direção da Fundação Florestal atende ao pleito dos funcionários para a realização das eleições do CRF, que acontecerá de 11 a 15 de agosto próximo, conforme já anunciado no “Últimas Notícias” do site do Sintaema, em 21/07/2014.

Recriando o CRF os trabalhadores dão uma lição de organização, participação e democracia. Parabéns a todos que participam direta ou indiretamente desse pleito, não deixem de votar. Juntos na luta!

# Crise de abastecimento era uma tragédia anunciada

As do artigo 16 determinam que a Sabesp encontrasse, nestes dez anos, alternativas para reduzir sua “dependência” do Sistema Cantareira. Igualmente pífios são os resultados das ações adotadas na região metropolitana para não ficar na dependência da importação de água. O Projeto Tietê, após mais de vinte anos e R\$ 6 bilhões investidos, ainda não deu conta sequer de diminuir o grau de poluição do rio – em alguns aspectos e pontos de monitoramento, até piorou. Os reservatórios Billings e Guarapiranga estão altamente antropizados, com grande volume de matéria orgânica oriunda de esgotos sanitários não tratados, além de efluentes industriais, que inviabilizam seu uso correto.

A última das três obrigações citadas (artigo 17), que estabelece que a “Sabesp deverá manter programas permanentes de controle de perdas, uso racional da água, combate ao desperdício e incentivo ao reúso de água”, mostra o grau de desprezo que os administradores dessa empresa têm para com a legislação vigente e às autoridades constituídas, ou seja, com o próprio Estado de direito democrático, pois não cumpriu nenhuma dessas ações da forma pretendida pelo poder outorgante.

Exemplo disso é a falta de manutenção “permanente” de programas contra o desperdício de água e de seu uso racional. Somente nos três últimos meses, em face da crise do Sistema Cantareira, é que se vem notando propagandas nesse sentido. Entretanto, a empresa gasta milhões e milhões de reais anualmente com marketing institucional, muitas vezes enganoso, sem qualquer utilidade pública, como uma empresa que tivesse inúmeros e fortes concorrentes comerciais e precisasse manter seus consumidores fiéis ao seu produto.

As perdas físicas de água na rede chegam a absurdos 45% em pelo menos metade da região metropolitana de São Paulo.

Diante desse quadro, fica evidente que a atual crise de abastecimento de água era uma tragédia anunciada. A forte estiagem, com o perdão do trocadilho, só foi a gota d’água para que essa tragédia se antecipasse. O grande vilão não é São Pedro, que nos priva de chuvas, é o desrespeito com o bem público e com a sociedade.

Por tais razões, foi instaurado pelo Ministério Público um inquérito civil público visando apurar os responsáveis por esse conjunto de obrigações legais que foram sistemática e dolosamente descumpridas.

Enquanto administradores de empresas públicas, ou de economia mista, como é o caso da Sabesp, e agentes políticos não forem pessoalmente responsabilizados por seus atos temerários, cujos resultados afetam a sociedade e o dinheiro público, o Brasil – e, neste caso, São Paulo – vai continuar sendo tratado como uma “república de bananas”.

Como explicar que uma sociedade anônima, cujo acionista majoritário é o estado de São Paulo, polui sua principal – se não a única – matéria-prima, que é a água dos mananciais, com esgotos por ela captados e não tratados, mas devidamente cobrados como se tratados fossem, obrigando-a a gastar muito mais com tratamento e consequentemente cobrando mais caro pela água comercializada, e ao final de cada ano pagar dividendos vultosos aos seus acionistas?

Além das gravíssimas consequências às finanças da sociedade, essas condutas provocam resultados, não perceptíveis em sua integralidade, ainda mais graves a outro patrimônio da sociedade: o meio ambiente, especialmente os recursos hídricos.

A leniência dos órgãos de fiscalizações em não coibir essas condutas levou o Ministério Público a pleitear em ação civil pública uma alta indenização a essa empresa.

Some-se a isso, salvo raras exceções, um sistema de gestão de recursos hídricos que não funciona, seja porque alguns comitês de bacias hidrográficas não atendem aos seus propósitos legais, apesar de formalmente instalados e funcionando, seja porque nos últimos quinze anos as administrações estadual e municipal de São Paulo estabeleceram um processo, este, sim, permanente, de desestruturação da maioria dos órgãos ambientais. O DAEE, por exemplo, viu seu quadro de servidores – profissionais de várias especialidades – diminuir em proporções inaceitáveis apesar de sua absoluta importância dentro do sistema de recursos hídricos.

A negação de fatos que não interessam se tornou uma tônica da classe política nos últimos anos, e no caso específico da crise de abastecimento de água não é diferente.

Tais situações não se coadunam mais com as atuais regras constitucionais, notadamente ao direito da correta e completa informação de interesse público.

Creio que grande parte da culpa por tais práticas está na deficiência dos órgãos de fiscalização, como, para o caso, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp).

A redução disfarçada de distribuição de água ocorre de longa data, ainda que de proporções menores, e, o que é pior, muitas vezes por deficiência de investimentos na modernização e construção de redes apropriadas, e não se veem medidas suficientemente fortes por parte dos órgãos de fiscalização para dissuadir a empresa de práticas ilegais.

*\* José Eduardo Ismael Lutti é promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital (São Paulo).*

*Fonte: Le Monde Diplomatique – Edição de Maio/2014*

## Assembleia aprova contas do sindicato por unanimidade



Trabalhadores da categoria reunidos em assembleia no dia 30 de julho aprovaram por unanimidade a prestação de contas do Sintaema referente ao ano de 2013.

### Ajuda aos metroviários

Na assembleia também foi aprovada a ajuda para os companheiros metroviários que estão batalhando pela readmissão dos 42 demitidos durante a greve. Quem puder contribuir, é importante a solidariedade neste momento. Segue a conta abaixo para depósitos. Juntos na luta!

**Fenametro – Federação Nacional dos Metroviários**

**Banco Caixa Econômica Federal – 104**

**Ag. 1655 – C/C 03000848-5**



Cidade Tiradentes

### torneio 9 de julho

O Sintaema participou mais uma vez do tradicional Torneio 9 de Julho, que ocorre na cidade de Lins. Este ano, por conta da Copa do Mundo, o Torneio foi realizado em agosto. Jogos, integração entre trabalhadores e muita alegria fizeram parte deste momento.



### simpósio internacional

## Resíduos Sólidos

O Sintaema participou nos dias 6 e 7 de agosto do Simpósio Internacional de Resíduos Sólidos Urbanos, em Mauá – O evento discutiu a reciclagem, deposição final de resíduos, resíduos de materiais de construção, biogás e diversos outros pontos inerentes ao tema.



PRESIDENTE:  
Rene Vicente dos Santos  
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:  
Antonio da Silva (Ceará)  
JORNALISTA RESPONSÁVEL:  
Adriana Chainho MTB: 24298  
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:  
Luciana Sutil  
TIRAGEM: 17 mil exemplares  
SITE: [www.sintaema.com.br](http://www.sintaema.com.br)  
E-MAIL: [imprensa@sintaema.com.br](mailto:imprensa@sintaema.com.br)  
SEDE SINTAEMA:  
Av. Tiradentes, 1323 – Ponte Pequena – CEP 01102-050  
Tel.: (11) 3329.2500

